

~~LEI Nº 2518 de 18/09/1989. -~~

** Revogada em sua totalidade pelo Art. 278 da Lei Orgânica Municipal.*

~~REORGANIZA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. -~~

~~--~~

~~----- O Prefeito Municipal de Iturama promulga a seguinte lei: -~~

**~~CAPITULO I -
DA ORGANIZAÇÃO BASICA DA PREFEITURA -~~**

~~Art. 1º O Sistema Administrativo da Prefeitura Municipal de Iturama e constituído de órgãos de assessoramento, órgãos auxiliares, órgãos fins e órgãos de apoio. -~~

~~Parágrafo Único A Administração Direta e exerci da pelo Prefeito, auxiliado pelo Administrador Distrital e Diretores. -~~

**~~CAPITULO II -
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL -~~**

~~Art. 2º A Administração Municipal obedece a um sistema organicamente articulado, com a Sub-Prefeitura de Carneirinhos e Departamentos funcionando perfeitamente entrosados e em regime de mutua colaboração. -~~

~~Art. 3º A Administração Municipal é constituída de: -~~

~~I - Órgãos de Assessoramento: -~~

- ~~a) Gabinete do Prefeito; -~~
- ~~b) Assessoria de Planejamento; -~~
- ~~c) Procuradoria Jurídica; -~~
- ~~d) Departamento de Ação Comunitária; -~~

~~II - Órgãos Auxiliares: -~~

- ~~a) Departamento de Administração; -~~
- ~~b) Departamento de Finanças; -~~

~~III - Órgãos Fins -~~

- ~~a) Departamento de Educação e Cultura;~~
- ~~b) Departamento de Saúde;~~

- ~~e) Departamento de Promoção Humana;~~
- ~~d) Departamento de Serviços Urbanos e Obras Públicas;~~
- ~~e) Departamento de Municipal de Estradas de Rodagem;~~
- ~~f) Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio;~~

~~--~~

~~IV Órgãos de Apoio -~~

- ~~a) Conselho Distrital do Município de Iturama -~~
- ~~b) Conselho de Desenvolvimento Integrado de Iturama -~~
- ~~c) Comissão Municipal de Defesa Civil, -~~
- ~~d) Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, -~~
- ~~e) Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio ambiente;~~
- ~~f) Conselho Municipal de Trânsito, -~~
- ~~g) Conselho Municipal de Conservação e Fertilidade do Solo, -~~
- ~~h) Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra~~

~~Parágrafo Único Os órgãos especificados no presente artigo são autônomos entre si e diretamente subordinados ao Prefeito.~~

~~--~~

~~Art. 4º A estrutura da Administração e constituída de Departamentos adequadamente entrosados entre si, obedecendo a seguinte subordinação hierárquica:~~

- ~~a) Nível I Departamento; -~~
- ~~b) Nível II Divisão; -~~
- ~~c) Nível III Serviço. -~~

~~Parágrafo Único Além do estabelecido nas letras do presente artigo e parágrafo, a subordinação hierárquica define-se nas disposições sobre a competência de cada órgão e na posição no organograma que acompanha esta lei. -~~

~~CAPITULO III~~

~~DA COMPETENCIA E COMPOSICAO DOS ORGÃOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL -~~

~~Seção I -~~

~~Do Gabinete do Prefeito -~~

~~Art. 5º Compete ao Gabinete do Prefeito: -~~
~~I assistir diretamente o Chefe do Executivo no desempenho de suas funções; -~~

- ~~II—elaborar, sistematizar e registrar os atos oficiais;~~
- ~~III—coordenar e promover a divulgação das atividades do Governo Municipal;-~~
- ~~IV—estabelecer e executar programas de relações públicas interna e externas;-~~

~~Art. 6º—O Gabinete do Prefeito compreende as seguintes unidades:-~~

~~I—Divisão de Expediente e Registros;-~~

~~II—Divisão de Relações Públicas;-~~

~~Parágrafo 1º—O Gabinete do Prefeito tem nível hierárquico ao de Departamento;-~~

~~Parágrafo 2º—Complemente estrutura do Gabinete do Prefeito Junta de Serviço Militar de Iturama, com nível hierárquico ao de serviço.~~

~~Seção II~~

~~Da Procuradoria Jurídica -~~

~~Art. 7º—Compete a Procuradoria Jurídica:-~~

~~I—assessorar o Prefeito e os diversos órgãos municipais em assuntos jurídicos;-~~

~~II—representar o Município em qualquer instância judicial, quando designado pelo Prefeito;-~~

~~III—controlar as concessões e permissões dos serviços e utilidades Públicas;-~~

~~IV—promover a cobrança amigável ou executiva da dívida ativa do Município;-~~

~~Art. 8º—A Procuradoria Jurídica compreende o seu titular, que responderá pelo expediente inerente às suas funções e atribuições.~~

- -

~~Seção III -~~

~~Da Assessoria de Planejamento -~~

~~Art. 9º—Compete à Aecessoria de Planejamento:-~~

~~I—assessorar o Prefeito na formulação da política de desenvolvimento Municipal integrado;-~~

~~II—promover a programação orçamentária;-~~

~~III — elaborar planos plurianuais, incluindo programas setoriais e projetos específicos; -~~

~~IV — elaborar a mensagem anual do Prefeito Câmara Municipal; -~~

~~V — promover a revisão quadrienal e avaliação anual do Plano Diretor físico, incluindo projetos específicos desenvolvimento físico do Município; -~~

~~VI — manter atualizadas as plantas oficiais do Município, as do Cadastro Físico, o cadastramento das estruturas urbana e rural; -~~

~~VII — manter atualizados os levantamentos, apurações, análises dos dados estatísticos de interesse do Município, incluindo estatística sobre os serviços internos da Administração Municipal; -~~

~~VIII — Promover, permanentemente, a racionalização do sistema administrativo e financeiro do Município;~~

~~IX — prestar assistência técnica aos órgãos da Administração Municipal; -~~

~~Parágrafo Único — Para desempenho de suas funções a Assessoria de Planejamento deverá articular-se com entidades públicas e privadas.~~

~~- -~~

~~Art. 10º — A Assessoria de Planejamento compreende as seguintes unidades: -~~

~~I — Divisão de Planejamento Urbano:~~

~~— a) Serviço de Fiscalização de Obras e Posturas;~~

~~b) Serviço de Cadastro Físico;~~

~~c) Serviço de Topografia;~~

~~II — Divisão de Programação e Controle.~~

Seção IV

Do Departamento de Ação Comunitária

~~Art. 11º — Compete ao Departamento de Ação Comunitária:~~

~~I — Coordenar a ação política administrativa;~~

~~II — promover e incentivar o associativismo comunitário;~~

~~III — estabelecer e executar programas de desenvolvimento dos Distritos; -~~

~~Art. 12º — O Departamento de Ação Comunitária compreende o seu titular, que responderá pelo expediente às suas funções e atribuições.~~

Seção V

Do Departamento de Administração

~~Art. 13º — Compete ao Departamento de Administração:~~

~~I— Coordenar a execução das atividades ligadas ao protocolo e arquivo dos papéis administrativos;~~

~~II— proceder ao tombamento, registro, conservação, e inventário dos bens municipais;~~

~~III— centralizar os serviços e assuntos pertinentes ao recrutamento, seleção, admissão e treinamento de pessoal;~~

~~--~~

~~IV— supervisionar e coordenar a execução das atividades ligadas às compras de material e controle do Almoxarifado;~~

~~V— executar as atividades de guarda, manutenção e conservação de frota da Prefeitura;~~

~~VI— administrar o edifício do Paço Municipal e demais prédios onde funcionam repartições públicas.~~

~~Art. 14º — O Departamento de Administração compreende os seguintes órgãos:~~

~~I— Divisão de Material e Patrimônio:~~

~~a) Serviço de Protocolo e Arquivo;~~

~~II— Divisão de Pessoal;~~

~~III— Divisão de Transporte e Oficina~~

~~Parágrafo 1º — Complementa e estrutura administrativa do Departamento de Administração a Comissão de Avaliação e Controle Pessoal.~~

~~Art. 15º — A Comissão de Avaliação e Controle de Pessoal será constituída de 07(sete) membros, nomeados pelo Prefeito, com a seguinte disposição:~~

~~a) — O chefe do gabinete do Prefeito;~~

~~b) — O chefe de acessória de Planejamento;~~

~~c) — O Superintendente do Departamento de Administração;~~

~~d) — O Diretor da Divisão de Pessoal;~~

~~e) — O Procurador jurídico;~~

~~f) — Dois representantes dos servidores públicos municipais.~~

~~Parágrafo 1º — O Presidente da Comissão será o Superintendente do Departamento de Administração, o Vice-Presidente, o Chefe da Acessória de Planejamento, e o Secretario Executivo o Diretor de Divisão de Pessoal.~~

~~Parágrafo 2º—Compete à Comissão de Avaliação e controle de Pessoal:~~

- ~~I—estudar e propor ao Prefeito a promoção de servidores municipais, observadas as normas e condições estabelecidas em leis e regulamentos;~~
- ~~II—Coordenar e executar a realização de concurso públicos;~~
- ~~III—elaborar estudos sobre aumento de remuneração do pessoal;~~
- ~~IV—realizar enquadramento e reenquadramento de servidores municipais;~~
- ~~V—propor ao Prefeito modificações da legislação de Pessoal;~~

~~Seção VI -~~

~~Do Departamento de Finanças~~

~~Art.16º—Compete ao Departamento de Finanças:~~

- ~~I—executar a política financeira do Governo Municipal propondo, ao Prefeito, normas para agilizar o processo de arrecadação;~~
- ~~II—proceder ao cadastramento dos contribuintes e ao lançamento, pagamento e guarda de valores;~~
- ~~III—supervisionar as atividades contábeis da administração.~~

~~Art.17º—O Departamento de Finanças, compreende os seguintes órgãos:~~

- ~~I—Divisão de Contadoria;~~
- ~~II—Divisão de Rendas;~~
 - ~~a) Serviço de Cadastro Fiscal;~~
 - ~~b) Serviço de Fiscalização de Rendas;~~
 - ~~c) Serviço de Rendas Diversas;~~

~~III—Divisão de Tesouraria;~~

~~Parágrafo único—Complementa a estrutura do Departamento de Finanças, a Junta de Recursos Fiscais.~~

~~Art.18º—A Junta de Recursos Fiscais é o órgão destinado a julgar, em última instância administrativa, os recursos interpostos pelos contribuintes do Município, contra atos e decisões sobre matéria fiscal, emanadas, por força de suas atribuições, pelo superintendente do Departamento de Finanças.~~

~~Art.19º—A Junta de Recursos Fiscais terá a seguinte composição:~~

- ~~a) três representantes dos contribuintes, devendo ser elementos de reconhecida capacidade jurídico-fazendária, nomeados pelo Prefeito; -~~

b) três representantes da Prefeitura Municipal, designada pelo Prefeito dentre os servidores municipais versados em assuntos fazendários;

~~Parágrafo 1º — O mandato dos membros da junta será de um ano;~~

~~Parágrafo 2º — A Junta elegerá, anualmente, e seu Presidente e Vice-presidente, sendo permitida a reeleição.~~

~~Parágrafo 3º — A junta elaborará o seu regimento interno, que será aprovado por Decreto.~~

~~Parágrafo 4º — Os membros da Junta de Recursos Fiscais poderão perceber representação ou ajuda de custo, pelo comparecimento às sessões, conforme disposto na legislação específica.~~

Seção VII

Do Departamento de Educação e Cultura

~~Art.20º — Compete ao Departamento de Educação e Cultura:~~

~~I — planejar, administrar e supervisionar o sistema educacional da rede municipal, em articulação com os demais órgãos da Administração;~~

~~II — manter atualizadas documentação e informações educacionais, realizando estudos e pesquisas no sentido de equacionar os problemas educacionais do Município;~~

~~III — promover assistência sócio-pedagógica ao educando, através de serviços de orientação educacional, distribuição de merenda e acesso a bolsa de estudo;~~

~~IV — promover o constante aprimoramento dos métodos de ensino, visando maiores níveis de eficiência e rendimento escolar;~~

~~V — manter e atualizar as Bibliotecas Municipais existentes, dotando-se para o uso da população;~~

~~VI — promover, anualmente o levantamento da população escolar dentro de cada faixa etária objetivando o melhor atendimento a demanda de vagas;~~

~~VII — difundir e estimular a cultura em todas as modalidades;~~

~~VIII — incentivar a educação física e a prática do desporto em geral.~~

Art.21º — O Departamento de Educação e Cultura
compreende as seguintes unidades:

- I — Divisão de Ensino;
 - a) Serviço de orientação Pedagógica;
 - b) Serviço de assistência educacional;
- II — Divisão de Cultura e Esportes.

~~Seção VIII~~ **~~Do Departamento de Saúde~~**

————— Art.22º — Compete ao Departamento de Saúde:
I — promover a assistência médica e odontológica à população carente;
II — promover a assistência médica de urgência a doentes acidentados
diretamente, ou através de convênios com entidades públicas ou privadas;
III — promover inspeções sanitárias de competências do município;
IV — promover campanhas visando o esclarecimento da população em
Problemas de higiene e saúde publica;

~~Seção IX -~~ **~~Do Departamento de Promoção Humana~~**

Art.23º — Compete ao Departamento de Promoção
Humana;

I — coordenar a ação social e assistencial desenvolvida no Município, através
de intercambio com entidades assistenciais locais ou órgãos públicos estaduais e federais,
visando uma ação conjunta;
II — promover cursos de integração social;
III — promover o atendimento a indigentes e encaminha-los a serviços
municipais ou privados de assistência social.

~~Seção X -~~ **~~Do Departamento de Serviços Urbanos e Obras Publicas~~**

~~Art.24º—Compete ao Departamento de Serviços~~

~~Urbanos e Obras Públicas:~~

- ~~I—elaborar projetos e promover a execução das obras públicas municipais;~~
- ~~II—promover a conservação dos prédios municipais e logradouro públicos;~~
- ~~III—administrar a prestação dos serviços públicos a cargo do Município;~~
- ~~IV—promover a arborização dos logradouros públicos fazendo cumprir os projetos paisagísticos da cidade;~~
- ~~V—supervisionar e administrar os cemitérios municipais;~~
- ~~VI—supervisionar e administrar matadouro municipal.~~

~~Art.25º—O Departamento de Serviços Urbanos e Obras Públicas compreende os seguintes órgãos:~~

- ~~I—Divisão de Serviços Urbanos;~~
 - ~~a) serviço de Limpeza Pública~~
 - ~~b) serviço de arborização, parques e jardins;~~
 - ~~c) serviço de cemitérios;~~
 - ~~d) serviço de matadouro;~~
 - ~~II—Divisão de Obras Públicas;~~
 - ~~a) Fábrica de Pré moldados.~~
- ~~Parágrafo único—A fabrica de pré moldados tem nível hierárquico ao de serviço.~~

Seção XI

Do Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio.

~~Art.26º—Compete ao departamento de agricultura, indústria e comércio:~~

- ~~I—promover o desenvolvimento econômico do município, através de planos de incentivo a agricultura, pecuária, ao comércio e a indústria;~~
- ~~II—assessorar as classes produtoras, promovendo a realização de programas de fomento a agropecuária, comércio e indústrias;~~
- ~~III—incentivar e orientar a formação de associações e outras modalidades de organização voltadas para atividades econômicas;~~
- ~~IV—promover a articulação com os diferentes órgãos, tanto no âmbito governamental, quanto na iniciativa privada, visando o aproveitamento de incentivos e recursos para a economia do Município;~~
- ~~V—assistir e desenvolver meios de escoamento, transporte e armazenagem de produção agropecuária;~~
- ~~VI—supervisionar e administrar o Parque Municipal de Exposições e a Realização de eventos ali sediados.~~

~~Art.27º—O Departamento de Agricultura, Indústria e Comercio compreende os seguintes órgãos:~~

~~I— Divisão de Assistência a Agricultura e a Pecuária;~~

~~II— Divisão de Assistência ao Comercio e a Indústria;~~

~~Parágrafo único— Complementa a estrutura do Departamento de Agricultura, Indústria e Comercio, a Unidade Municipal de Cadastramento de MIRAD(INCRA), com nível hierárquico ao de serviço.~~

Seção XII

Do Departamento Municipal de Estradas de rodagem

~~Art.28º— Compete ao Departamento Municipal de Estradas de rodagem:~~

~~I— construir, proteger, conservar estradas, caminhos e obras de arte municipais, de acordo com o plano viário do Município;~~

~~II— administrar o Terminal Rodoviário;~~

~~III— promover juntamente com o Departamento de Serviços Urbanos e Obras Públicas, o patrolamento, encascalhamento e demais serviços em vias e logradouros públicos.~~

~~Art.29º— O Departamento Municipal de estradas de Rodagem compreende os seguintes órgãos:~~

~~I— divisão de Construção e conservação;~~

~~II— Terminal rodoviário.~~

~~Parágrafo único— O Terminal Rodoviário tem nível hierárquico ao de -
serviço.~~

Seção XIII

—Das Sub-Prefeituras

~~Art.30º — Fica criado no Município de Iturama o sistema de Sub-Prefeituras constituído das seguintes unidades subordinadas hierarquicamente ao Prefeito e supervisionadas pelo Depto. de Ação Comunitária.~~

~~I — Sub-Prefeitura de Distrito de Carneirinhos.~~

~~Art.31º — Compete à Sub-Prefeitura de Carneirinhos;~~

~~I — executar a política financeira do governo Municipal no âmbito dos distritos, propondo normas para agilizar o processo de arrecadação;~~

~~II — articular-se com a assessoria de Planejamento visando a atualização do Cadastro Físico municipal, fiscalização de obras particulares e cumprimento dos dispositivos do Código de Posturas do Município;~~

~~III — promover a conservação dos prédios municipais e logradouros públicos;~~

~~IV — administrar a prestação dos serviços públicos a cargo do Distrito.~~

~~V — dar pareceres sobre reclamações, representações e recursos dos moradores do Distrito, encaminhando-se à autoridade competente do Município;~~

~~VI — prestar informações que forem solicitadas pelo Prefeito ou pela Câmara Municipal;~~

~~VII — representar o Prefeito sobre qualquer assunto de interesse do Distrito.~~

~~VIII — formar sugestão para a proposta orçamentária anual e a do orçamento plurianual de investimentos do município, na parte referente ao distrito, e encaminha-los ao Prefeito.~~

~~Art.32º — As Sub-Prefeituras tem nível hierárquico de Divisão.~~

~~Seção XVI~~

~~Do Conselho de Desenvolvimento Integrado de Iturama~~

~~Art.33º — O Conselho de Desenvolvimento Integrado de Iturama é o órgão consultivo do Prefeito na formulação da política de desenvolvimento municipal e dos planos correspondentes.~~

~~Art.34º — Compete ao Conselho Municipal de desenvolvimento Integrado de Iturama:~~

~~I — opinar sobre os planos plurianuais e seus desdobramentos anuais;~~

~~II — opinar sobre problemas concernentes ao Plano Diretor físico de Iturama;~~

~~III — debater problemas relacionados com o desenvolvimento municipal integrado;~~

~~IV — promover e patrocinar atividades de difusão dos programas do desenvolvimento integrado do Município de Iturama e das suas soluções;~~

~~V — participar do processo de industrialização do Município de Iturama.~~

~~Parágrafo único — Para cumprir suas atribuições o Conselho integrado de Iturama deverá tomar por base os trabalhos técnicos da Assessoria de Planejamento;~~

~~Art.35º — O Conselho é constituído de 07(sete) membros, e tem a seguinte composição:~~

~~a) dois vereadores indicados Pela Câmara Municipal;~~
~~b) um representante da Associação Comercial e Industrial de Iturama;~~

~~c) um representante do Sindicato Rural de Iturama;~~
~~d) um representante da OAB de iturama;~~
~~e) um representante da Associação dos Médicos de Iturama~~
~~f) um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Iturama;~~

~~Parágrafo 1º — O mandato dos Conselheiros é de dois anos.~~

~~Parágrafo 2º — No caso de ocorrência de vaga, o novo Conselheiro designado completará o mandato do substituto.~~

~~Parágrafo 3º — O mandato dos Conselheiros será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.~~

~~Parágrafo 5º — De acordo com a pauta em exames, poderão ser convidados para as reuniões do Conselho, dirigentes das entidades públicas ou privadas, técnicos de reconhecida competência, ou qualquer servidor Público Municipal.~~

~~Parágrafo 6º — Os Estudos e pareceres do Conselho serão submetidos à apreciação do Prefeito.~~

~~Parágrafo 7º — Os pareceres do Conselho não firmarão jurisprudência a respeito da matéria.~~

~~Seção XV~~

~~Da Comissão Municipal de Defesa Civil~~

~~Art.36º — A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil — COMDEC, é o órgão preventivo de articulação de esforços da Prefeitura com as demais entidades públicas e privadas, contam qualquer fato anormal ou adverso que venha a ocorrer na jurisprudentia do Município.~~

~~Art.37º — A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil — COMDEC estruturar-se-á da seguinte forma:~~

- ~~a) Presidente;~~
- ~~b) Conselho Deliberativo;~~
- ~~c) Secretaria Executiva;~~
- ~~d) Área de Defesa e Apoio;~~
- ~~e) Área de Comunicação Social;~~

~~Art.38º — O Presidente do COMDEC poderá constituir grupos de trabalho especiais, em funções dos objetivos específicos pré-determinados d duração temporária, integrados por representantes dos órgãos diretamente interessados no assunto em questão.~~

~~Parágrafo 1º — Nas áreas de Defesa e Apoio e de Comunicação Social serão agrupados os representantes de entidades governamentais e não governamentais convidadas, depois de verificar as suas reais possibilidades.~~

~~Parágrafo 2º — o mandato dos membros será de dois anos, e exercício gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços de relevância ao Município.~~

~~Parágrafo 3º — O presidente elaborará o regimento Interno da COMDEC, contando atribuições e competência de toda a estrutura e que será aprovado por Decreto.~~

~~Seção XVI~~

~~Do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente~~

~~Art.39º — O Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente — CODEMA, é o órgão destinado à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.~~

~~Art. 40º — O CODEMA compor-se-á de três a nove membros de nomeação por ato do Prefeito Municipal, sendo um de sua livre escolha e os demais propostos em listas triplíce pelas entidades representativas da comunidade.~~

~~Parágrafo 1º — Serão membros natos do CODEMA os representantes, da Administração Pública Estadual e Federal, vinculados diretamente preservação, conservação ou melhoria do meio ambiente, assim como um representante Câmara Municipal.~~

~~Parágrafo 2º — O mandato dos Membros do CODEMA coincidirá com o do Prefeito Municipal, permitida e sua recondução.~~

~~--~~

~~--~~

~~Seção XVII -~~

~~Do Conselho Municipal de Trânsito -~~

~~Art. 41º — Compete ao Conselho Municipal de Trânsito, em cooperação com os órgãos e autoridades da mesma área, do Estado e da União, promover e planejar a elaboração das normas reguladoras e disciplinadoras do trânsito no Município de Iturama, em todas as suas implicações e detalhes.~~

~~Art. 42º — O Conselho Municipal de Trânsito constituído de 05(cinco) membros, designados pelo Prefeito e escolhidos entre pessoas idôneas da sociedade e plena identificação com as regras de trânsito, além técnicas de reconhecida competência a atuação. Os membros do Conselho elegerão entre si o Presidente o Vice-Presidente e o Secretário.~~

~~Parágrafo 1º — O Presidente nato do Conselho Municipal de trânsito é Chefe da Assessoria de Planejamento, o ou Vice-Presidente, o titular do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, e o seu Secretário o Chefe de Gabinete do Prefeito.~~

~~Parágrafo 2º — O mandato dos Membros do Conselho é de dois anos.~~

~~--~~

~~Parágrafo 3º — O mandato dos membros ser exercício gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviço relevantes ao Município.~~

~~--~~

~~Seção XVIII -~~

~~Do Conselho Municipal de Conservação e Fertilidade do Solo -~~

~~Art. 43º — E criado, junto ao Departamento de Agricultura, Consórcio e Indústria, o Conselho Municipal de Conservação e Fertilidade do Solo. -~~

~~Art. 44º — Ao Conselho compete basicamente: -~~

~~I — assessorar a Administração Municipal na elaboração e implementação de programas, atividades e ações que tenham como finalidades essenciais a conservação e fertilidade do solo; -~~

~~II — sugerir aos órgãos competentes e aos produtores rurais do Município a adequada a locação de estradas e vias de acesso, tendo em vista as técnicas de conservação do solo; -~~

~~III — conscientizar os órgãos competentes e os produtores rurais do Município, através de metodologia própria, da importância do planejamento das propriedades, segundo a classe de capacidade de uso dos solos; -~~

~~IV — promover congresso, conferências, encontros e reuniões, com o objetivo de esclarecer, informar e orientar sobre a conservação e fertilidade do solo; -~~

~~Art. 45º — O Conselho será composto de 7(sete) membros, designados pelo Prefeito Municipal e escolhido entre empresários rurais de notória idoneidade e plena identificação com as atividades rurais, além de técnicos de reconhecida competência a atuação. -~~

~~Parágrafo 1º — As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo consideradas como de serviço público relevante. -~~

~~Parágrafo 2º — O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, sendo permitida e recondução. -~~

~~Art. 46º — O Conselho, em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, deverá elaborar o seu Regimento Interno, que será aprovado por Decreto. -~~

~~Art. 47º — Caberá ao Prefeito, ao designar os membros do Conselho, indicar o seu Presidente, devendo os demais cargos serem por este distribuídos. -~~

~~Art. 48º — O Departamento de Agricultura, Indústria e Comércio, prestará ao Conselho o necessário suporte técnico, administrativo, sem prejuízo da colaboração de outros órgãos que possam vir a integrá-lo em suas atividades.~~

~~Seção XIX -~~
~~Do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra -~~
~~--~~

~~Art. 49º — O Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, é órgão destinado a propor medidas que visem a defesa dos direitos, e à eliminação das discriminações que atinjam a plena integração vida sócio-econômica, política e cultural da Comunidade Negra de Iturama. -~~

~~Art. 50º — O Conselho será composto de 19 (dezenove) membros, designados pelos Prefeito Municipais assim indicados: -~~
~~I — dez membros da Comunidade Negra, representativos da sociedade Civil; -~~
~~II — um representante de cada um dos seguintes órgãos: -~~
~~a) — Ordem dos Advogados do Brasil — 74ª Subseção de Minas Gerais. -~~
~~b) — Rotary Club de Iturama. -~~
~~c) — Loja Maçônica "Vale do Rio Grande — 71". -~~
~~d) — Associação Médica de Iturama. -~~
~~e) — Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrimensores de Iturama. -~~

~~Parágrafo 1º — As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo consideradas como serviço público relevante. -~~

~~Parágrafo 2º — O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, sendo emitida a recondução. -~~

~~Art. 51º — O Conselho, em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias deverá elaborar o seu Regimento Interno, que ser aprovado por Decreto. -~~

~~Art. 52º — Até a aprovação do seu Regimento Interno que regularizará a forma de eleição de sua comissão Executiva, composto de 05(cinco) membros para dirigir e organizar suas atividades, caberá ao Prefeito, no ato da designação dos integrantes do -~~

~~Conselho, indicar seu Presidente, seu Vice-Presidente e seu Secretário Geral, que comporão provisoriamente a referida Comissão. -~~

~~Art.53º — O Gabinete do Prefeito prestará ao conselho o necessário suporte técnico-administrativo, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos nele apresentados.~~

~~Seção XX~~

~~Do Conselho Distrital do Município de Iturama~~

~~Art.54º — O Conselho Distrital do Município de Iturama é o órgão de apoio do Prefeito na formulação de diretrizes para o desenvolvimento e descentralização das atividades administrativas.~~

~~Art.55º — Compete ao Conselho Distrital do Município de Iturama:~~

- ~~I — opinar sobre o planejamento global e metas setoriais dos Distritos;~~
- ~~II — debater os problemas relacionados com o desenvolvimento e o progresso dos Distritos, apresentando sugestões com vistas a minimização das questões propostas;~~
- ~~III — promover atividades de entrosamento com entidade de direito público e privado, visando a implementação de recursos humanos e financeiros nas sedes dos Distritos, objetivando a ampliação das atividades de desenvolvimento local.~~

~~Art.56º — O Conselho Distrital é constituído de sete membros, e, tem a seguinte composição:~~

- ~~a) o suprimimento do Departamento de Ação Comunitário;~~
- ~~b) dois Vereadores indicados pela Câmara Municipal;~~
- ~~c) dois representantes da Comunidade Distrital;~~
- ~~d) dois administradores das Sub-Prefeituras dos Distritos.~~

~~Parágrafo 1º — O mandato dos Conselheiros é de dois anos, permitida a recondução, será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.~~

~~Parágrafo 2º — O Presidente do Conselho Distrital é o titular do Departamento de Ação Comunitária.~~

~~Parágrafo 3º — O Conselho Distrital reunir-se-á sempre que necessário, podendo ser convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos Conselheiros.~~

~~Parágrafo 4º — De acordo com a pauta em exames, poderão ser convidados para as reuniões do Conselho, dirigentes de entidades públicas ou privadas, técnicos de reconhecida competência ou diretores ou Superintendentes da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA.~~

~~Parágrafo 5º — Os estudos e pareceres do Conselho serão submetidos a apreciação do Prefeito.~~

~~Seção XXI~~

~~Do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor~~

~~Art.57º — Fica, criado com abrangência nos limites territoriais do Município, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, diretamente vinculado à autoridade do Prefeito Municipal.~~

~~Art.58º — Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor;~~

~~I — exercer severa vigilância no cumprimento de tabelas de preços publicados pelos órgãos públicos competentes;~~

~~II — atuar em consonância com os interesses comunitários, canalizados através de organismos de representação, sociedade de bairros instituições sindicais e autoridades constituídas, objetivando assegurar a consolidação das medidas econômicas do Governo Federal, em seus reflexos diretos ao consumidor;~~

~~III — aplicar sanções a infratores e sonegadores no limite de competência definida em convênios com os órgãos públicos das esferas federal e estadual;~~

~~IV — promover, pelos meios ao seu alcance, o esclarecimento da comunidade quanto aos direitos e deveres que lhe são próprios na estrutura das medidas econômicas baixadas pelo Governo Federal;~~

~~V — por em prática outras iniciativas de interesse geral, com vistas e alcançar os objetivos com que é criado.~~

~~Art.59º— O Conselho Municipal de Defesa do consumidor será integrado por pessoas maiores, idôneas e capazes desta cidade, nomeados por ato do Prefeito Municipal, entre representantes de associações de bairros, entidades sindicais, instituições de classes e clubes de serviços, Poder Legislativo, Ministério Público, autoridades judiciárias, civis e militares e profissionais de órgãos de difusão da cidade.~~

~~Parágrafo 1º— As funções de membro do Conselho não serão remunerados, sendo considerados como serviço publico relevante.~~

~~Parágrafo 2º— O mandato dos membros do Conselho será dois anos, sendo permitida a recondução.~~

~~Art.60º— O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor será administrado por uma Diretoria Executiva composta de 05(cinco) membros, que elegerão entre si o Presidente, o Vice Presidente e o Secretário.~~

~~CAPITULO IV - DOS BENS PUBLICOS MUNICIPAIS~~

~~Art.60º— Compete ao Prefeito a administração dos bens públicos municipais, respeitadas as seguintes prescrições:~~

~~I— respeito à competência da Câmara Municipal, na administração dos seus bens destinados aos seus serviços;~~

~~II— todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, segundo o que for estabelecido em decreto;~~

~~III— aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, depende de prévia avaliação e autorização legislativa;~~

~~IV— o uso de bens municipais por terceiros pode ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público exigir;~~

~~V— a concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominical depende de lei e concorrência, e é deita mediante contrato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar a concessionários de serviços público municipal ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado;~~

~~VI— a concessão administrativa de bens públicos de uso comum é outorgada para finalidade educativas, culturais, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa;~~

~~VII— a permissão, que pode incidir sobre qualquer bem público, é feita a título precário por decreto, na forma da lei municipal;~~

~~VIII— a autorização que pode incidir por qualquer bem público, é feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo não superior a 60 dias.~~

~~—————~~ **Sub-seção I**
Da alienação de Bens Municipais

~~Art.62º — A alienação de bens municipais é sempre precedida de avaliação e obedece às seguintes normas;~~

~~I — quando imóveis, depende de autorização legislativa a concorrência, dispensada esta somente nos seguintes casos;~~

~~a) doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão sob pena de nulidade do ato;~~

~~b) permuta;~~

~~II — quando imóveis depende da licitação, dispensada esta somente nos seguintes casos:~~

~~a) doação que é permitida exclusivamente para fins de interesse social;~~

~~b) permuta;~~

~~c) venda de ações, que se faz na bolsa.~~

~~Parágrafo 1º — O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorga a concessão de direito de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência. A Concorrência pode ser dispensada por lei municipal, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público municipal, e entidades educativas, culturais ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.~~

~~Parágrafo 2º — A venda, aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas, remanescentes e inaproveitáveis para edificação, resultantes de obras públicas, depende de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificações de alinhamento são alienadas nas mesmas condições.~~

~~—————~~ **CAPITULO V**
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

~~Art.63º — Para efeitos desta lei, ato administrativo é toda decisão geral ou específica do Poder Executivo; no exercício de suas funções, que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, bem como impor obrigações a si próprio e aos municípios.~~

Art.64º— Os atos administrativos de competência do Prefeito devem se expedidos com observância das seguintes normas;

I— decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) instituição. Modificação e extinção de atribuições não privativas em lei;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares autorizados por lei, assim como créditos extraordinários;
- d) declaração de utilidade ou necessidade publica, ou de interesse social para efeito de desapropriação;
- e) estabelecimento de competência dos órgãos e de funcionários da Prefeitura;
- f) permissão de uso de bens e serviços municipais;
- h) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
- i) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração;
- j) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administradores, quando não privativos em lei;
- l) estabelecimento de normas de efeito externo quando não privativos de lei;
- m) todo e qualquer ato normativo de caráter geral e permanente, inclusive regulamento ou regimento;

II— Decreto sem número, nos seguintes casos:

- a) provimento e vacância de cargos públicos;
- b) lotação e relotação do quadro de pessoal;
- c) autorização para contratação e dispensa de servidores contratados;

III— Portaria, nos seguintes casos:

- a) criação de comissões e designações de seus membros;
- b) instituição e extinção de grupos de trabalho;
- c) abertura de sindicância e processo administrativo e aplicação de penalidades;
- d) atos disciplinares dos servidores municipais;
- e) designação para função gratificada;
- f) outros atos que, por sua natureza e finalidade, não sejam objeto de lei ou Decreto.

Parágrafo único — Poderão ser delegados os atos constantes do inciso III deste artigo, observados as exigências legais, e os atos delegados serão baixados por intermédio de ordem de Serviço.

—CAPITULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

~~Art.65º — Em lei especial será estabelecida a organização do quadro de servidores municipais e aprovados o respectivo plano de pagamento.~~

~~Art.66º — O Prefeito deverá tomar as providencias necessárias para porem funcionamento o Sistema Administrativo Municipal instituído nesta lei.~~

~~Art.67º — O Poder Executivo deverá expedir o Regimento Interno dos Servidores da Prefeitura, no prazo máximo de 120(cento e vinte) dias, a partir da vigência desta lei.~~

~~Parágrafo único — O regimento a que se refere o presente artigo deverá conter disposições minuciosas sobre;~~

- ~~a) Organização, subordinação e estrutura de cada órgão das diversas unidades administrativas;~~
- ~~b) competência das diversas unidades administrativas;~~
- ~~c) atribuições e responsabilidades das diversas chefias;~~
- ~~d) normas de trabalho que pela sua natureza, não devem constituir objeto de disposições em separado;~~
- ~~e) outras disposições julgadas necessárias.~~

~~- -~~

~~Art. 68º — Em qualquer momento o Prefeito poderá, segundo seu único critério, avocar a si qualquer competência decisória delegada. -~~

~~Parágrafo 1º — E indelegável a competência decisória do Prefeito nos seguintes casos, sem prejuízo de qualquer outro que irrecusável conveniência administrativa indicar: -~~

- ~~a) autorização de despesas; -~~
- ~~b) nomeação, admissão ou contratação de servidores a qualquer título e qualquer que seja sua categoria e classificação, assim como exoneração, demissão ou dispensa; -~~
- ~~c) autorização de abertura e aprovação de concorrência publica, qualquer que seja a sua finalidade; -~~
- ~~d) permissão de serviços públicos, sempre a título precário; -~~
- ~~e) aprovação de urbanização e desmembramento de terrenos; -~~
- ~~f) permissão de uso de bens públicos municipais, sempre a título precário; -~~
- ~~g) utilização de veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura por terceiros. -~~

~~Art. 69º — Através de Decretos o Poder Executivo estabeleceria as normas de operação dos serviços administrativos, adotando rotinas, procedimentos e formulários que assegurem a sua racionalização. -~~

~~Art. 70º Ficam revogadas todas as Leis -
Municipais que instituíram órgãos administrativos da Prefeitura Municipal de Iturama. -~~

~~- -~~

~~Art. 71º Esta Lei entrara em vigor nesta data. -
Mando, portanto, a todas as autoridades a conhecimento e execução da presente Lei pertencer,
cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.~~

~~Prefeitura Municipal de Iturama, 18 de Setembro de 1.989. -
Prefeito Municipal -~~